

Desafios na suplementação

Além de defender pleitos antigos como a isenção do PIS/Confins, novo presidente da Asbram quer aumantar o número de associados.

MOACIR JOSÉ

A posse da nova diretoria da Asbram (Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Mineirais), no dia 19 de março, não teve coquetel nem aglomeração de pessoas, por causa da Covid-19. A reunião de associados, no dia 16 de abril, foi realizada por videoconferência. Tempos difíceis que o novo presidente da entidade, Daniel Moreira Arruda Guidolin, terá de enfrentar, no primeiro ano de sua gestão. Participaram da reunião, 84 pessoas, número bastante significativo, já que a Asbram tem apenas 55 empresas associadas (de um total de 638 no Brasil), embora elas sejam detentoras de 65% do mercado (produção de 2,143 milhões de toneladas em 2019). No encontro virtual, o economista Fellippe Cauê Serigatti, da Fundação Getúlio Vargas, apresentou projeções para 2020. Segundo ele, em um situa-



ção normal, as vendas teriam trajetória ascendente, partindo de 168.000 t em abril até chegar em 231.000 t em agosto e caindo para 201.000 t em setembro, com crescimento total de até 8% em relação aos mesmos meses do ano anterior. Num cenário otimista, projetado pelo economista, o crescimento das vendas de suplementos poderia chegar a até 19%. Mas, com a retração da economia, é provável que o cenário pessimista (redução de até 7,6%) prevaleça.

Um dos sócios da Premix, com sede em Ribeirão Preto, SP, Daniel Guidolin avalia que somente se terá um cenário mais claro em junho ou julho. “Poderá haver queda nas vendas, devido à crise do mercado interno. Só não sabemos quanto”, diz. O dado positivo é que, no acumulado de 12 meses, as projeções mostram variação positiva, mesmo no cenário pessimista. Pelo telefone, **DBO** conversou com Guidolin sobre as bandeiras da entidade.

DBO – Um dos pleitos da Asbram é a equidade para isenção tributária do PIS/Cofins. Quais segmentos são isentos?

Guidolin – Avicultores e suinocultores não pagam 9,25% sobre o milho usado para produção de ração, nós somos taxados nas rações para gado leiteiro. É injusto. Até porque, neste segmento, 87% dos produtores têm propriedades com menos de 100 ha e detêm 71% do rebanho leiteiro do País. A isenção impactaria diretamente no preço final do leite, favorecendo a população. Em outra frente de batalha, junto com o Sindirações, estamos tentando a isenção do PIS/Cofins para a ureia pecuária, que também paga 9,25%, enquanto a agrícola é isenta e 25% mais barata, levando muita gente a utilizá-la inadequadamente na pecuária. Queremos, pelo menos, deixar os valores mais próximos, para que o produtor nem pense em utilizar a agrícola. Já encaminhamos o pleito para os ministérios da Agricultura e o das Minas e Energia.

DBO – Outro demanda é modificar regras para obtenção do SIF pelas novas empresas. De que forma?

Daniel Guidolin – Há distorções entre os Estados brasileiros. Em regiões mais distantes, vemos liberação do SIF para fábricas pequenas, com condições muito diferentes das apresentadas pela maioria. E elas passam a competir de igual para igual no mercado. Queremos um pouco mais de rigor, de padronização nessa concessão. Temos notícia de empresas abertas que receberam SIF e nunca produziram... Não se trata de impedir o acesso de novas empresas, mas preservar o capital

de quem já investiu no segmento. Achamos que deveria haver uma restrição maior.

DBO – De que tipo?

Daniel Guidolin – Queremos equivalência nos critérios das fiscalizações, que essas empresas sejam avaliadas da mesma forma crítica que as comprometidas com Boas Práticas de Fabricação. Se não estivessem em conformidade, não receberiam o SIF e não comercializariam seus produtos no mercado. No dia 22 de abril, o Mapa publicou a Instrução Normativa número 27, revogando, a partir de 4 de maio, todo o Anexo II da IN 04/2007, conhecido como *check list*, assim como a classificação dos estabelecimentos de alimentação animal por grupos (de 1 a 4). Até o momento, o que sabemos de concreto é que a fiscalização passou a se basear na análise de risco do estabelecimentos. Vamos avaliar com mais calma a normativa, mas, ao que parece, as maiores é que serão prioritariamente fiscalizadas. O ideal, no nosso entendimento, é fiscalizar quem já estava num nível ruim de qualidade.

DBO – Pretende ampliar o número de associados?

Daniel Guidolin – Sim. Queremos chegar a ter participação de mercado de pelo menos 80%. Temos avançado nesse sentido em 2020. Ser associado permite uma visão melhor do mercado, troca de informações, de conhecimento, tendências de consumo de determinados produtos. Tudo isso é fundamental para qualquer empresário. ■